

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES RURAIS DE COLINAS DO TOCANTINS

Vanessa da Luz Silva¹, Antônio Geovani Nascimento Leite¹, Kelly Ribeiro Lamônica², Camilla Martins Malta³, Carmen Maria Coimbra de Manhães²

¹Estudante do Curso Técnico em Agropecuária – IFTO. e-mail: ageovaneleite@gmail.com

²Professora EBTT do *Campus* Colinas do Tocantins– IFTO. e-mails: kelly.lamonica@ifto.edu.br; carmen.manhães@ifto.edu.br

³Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia e biodiversidade da Amazônia Legal-UFT. E-mail: Camilla.malta@ifto.edu.br

Resumo: A crescente e grande demanda por madeira e outros produtos florestais, aliada a demanda de áreas para agropecuária, resultam no processo contínuo de redução de áreas florestais no Brasil. Os usos inadequados destas áreas culminam no aumento dos processos erosivos, com a consequente redução da fertilidade dos solos e poluição dos cursos de água. O código florestal brasileiro vigente pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, ainda não é de conhecimento da maior parte dos profissionais da área de agropecuária, sendo o Cadastro Ambiental Rural de propriedades uma exigência que não vem sendo cumprida pela maioria dos produtores rurais. Este trabalho objetivou capacitar e atualizar profissionais da área de agropecuária para adequação ambiental de propriedades rurais, no município de Colinas do Tocantins-TO. O público-alvo para capacitação foram discentes de cursos técnicos de nível médio e superior da área de agropecuária e conforme interesse dos mesmos foram selecionados temas de palestras na área de adequação ambiental de propriedades rurais, que foram realizadas no *Campus* Colinas do Tocantins do IFTO. Questionários avaliativos foram aplicados antes e após as palestras, visando diagnosticar dificuldades e buscar mecanismos mais eficientes de capacitação através da análise dos mesmos. Foram apresentadas três palestras: Palestra I - Cadastro Ambiental Rural; Palestra II - Manejo do solo para recuperação de áreas degradadas por pastagens e Palestra III - Manejo Conservacionista do Solo. Os participantes demonstraram baixo nível de conhecimentos sobre temas nas avaliações diagnósticas antes das palestras. Os questionários avaliativos demonstraram que ao término das palestras conhecimentos sobre o código florestal foram transmitidos, assim como técnicas de manejo conservacionista e de recuperação do solo foram citadas. As palestras foram bem avaliadas pelos participantes, demonstrando ser um bom mecanismo para levar informações, com baixo custo, para adequação ambiental de propriedades rurais.

Palavras-chave: Áreas degradadas; Código Florestal Brasileiro, Restauração Florestal.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil busca a proteção de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, desde o antigo código florestal de 1965, o que não vem sendo cumprido na maior parte das propriedades rurais do Tocantins, bem como nos demais estados brasileiros. Os efeitos da falta de adequação ambiental de propriedades rurais podem ser observados na degradação do solo, na poluição de águas, na redução de nascente, dentre outros problemas ambientais (PRIMAVESI, 2013).

Feistauer et al. (2014) relatam que diversos trabalhos têm avaliado a adequação de propriedades

rurais à legislação ambiental, mostrando que, mesmo a aprovação do novo código florestal brasileiro, a lei federal nº 12.651/2012, há extensas áreas degradadas a serem recuperadas frente a essa nova legislação.

Esta realidade pode ser observada sem muita dificuldade através de um simples contato com um Agricultor Familiar que desconhece a quase totalidade da legislação incidente sobre sua propriedade bem como suas possibilidades de adequação ou mesmo com profissionais técnicos que atuam na área agrícola que, teoricamente, deveriam ser plenos conhecedores do tema (Klein & Rosa, 2011). Galvão (2000) ressalta a importância do reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais, permitindo avanços consideráveis para áreas agrícolas.

O novo Código Florestal Brasileiro busca incentivar a regularização dos produtores agrícolas, e com o cadastro ambiental rural, informações coletadas sobre áreas produtivas e conservadas com vegetação nativa serão utilizadas na gestão ambiental, ferramenta esta que será utilizada para o combate ao desmatamento ilegal.

Devido a não adequação às normas da legislação ambiental a penalização de propriedades é uma ameaça a produtores rurais, com riscos maiores a agricultura familiar, pela maior instabilidade financeira, que pode e deve ser combatida com informações corretas e claras, traduzindo a lei para pessoas que não as compreende, devido, na maioria das vezes, a redação distante de sua realidade.

Neste contexto, o presente trabalho visa capacitar e atualizar profissionais da área de agropecuária para adequação ambiental de propriedades rurais, no município de Colinas do Tocantins-TO, buscando aumentar áreas em conformidade com o Código Florestal Brasileiro.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Capacitar e atualizar profissionais da área de agropecuária para adequação ambiental de propriedades rurais, no município de Colinas do Tocantins-TO.

Objetivos específicos

- Convidar profissionais e selecionar temas de palestras que permitam a capacitação e atualização de profissionais da área de agropecuária para adequação ambiental de propriedades rurais;
- Organizar palestras para capacitação na área de adequação ambiental de propriedades rurais;
- Aplicar e analisar questionários avaliativos para diagnosticar dificuldades e buscar mecanismos mais eficientes de capacitação.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

No projeto foram selecionados temas de palestras na área de adequação ambiental de propriedades rurais a serem realizadas no *Campus* Colinas do Tocantins do IFTO, conforme interesse do público-alvo consultado por questionário. O público-alvo foram profissionais em formação técnica e superior da área de agropecuária que tenham interesse em conhecer métodos empregados na adequação ambiental de propriedades rurais ao Código Florestal Brasileiro.

Foram apresentadas três palestras: Palestra I - Cadastro Ambiental Rural; Palestra II - Manejo do solo para recuperação de áreas degradadas por pastagens e Palestra III – Manejo Conservacionista do Solo.

Questionários avaliativos foram elaborados e aplicados aos participantes no início e no término das palestras, visando diagnosticar conhecimentos prévios e recém-adquiridos, respectivamente.

Os dados obtidos pelos questionários foram planilhados e analisados, buscando identificar dificuldades dos participantes e mecanismos mais eficientes de capacitação, para maior conscientização quanto as ações que desencadeiam problemas ambientais, e que, portanto, devem ser evitados, em conformidade com o código florestal.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria dos participantes das palestras são estudantes de cursos técnicos em agropecuária com predomínio do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio (Tabela 1) apresentando idade na faixa etária de 15 a 21 anos. Estes estudantes iniciaram seus cursos técnicos em agropecuária por serem do meio rural, sendo enquadrados na maior parte na agricultura familiar.

Os participantes na maioria ingressaram em seus cursos a menos de dois anos (Tabela 2), mas já atingiu mais de 50% dos componentes curriculares, com previsão de término de curso para 2016 e 2017.

Na Tabela 3 são apresentados dados obtidos por perguntas nos questionários aplicados antes da apresentação das palestras, observando-se que o nível de conhecimento a respeito do Código Florestal Brasileiro é muito baixo, bem como, conhecimentos necessários para recuperação de áreas degradadas e manejo conservacionista do solo.

Os estudantes demonstram não conhecerem quais são as áreas de preservação permanente, quais os percentuais das propriedades destinados a reserva legal no Cerrado e qual a importância do cadastro ambiental rural, além não citarem técnicas conservacionistas e de recuperação do solo. Informações como estas assustam, uma vez que estes profissionais estão prestes a entrarem no mercado de trabalho e demonstram desconhecem as formas de melhorar as condições ambientais de propriedades rurais.

Apenas cinco participantes de todas as palestras já tiveram algum tipo de capacitação para adequação ambiental de propriedades rurais, o que pode significar que pouco tem sido feito para levar conhecimento a estes ou que estes não compreendem a real importância de capacitações nesse sentido.

Tabela 1 – Classificação dos participantes das palestras de capacitação, quanto à formação na área de agropecuária.

Participantes	Palestra I	Palestra II	Palestra III
Nº de participantes	119	67	72
Estudantes de Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	83	50	62
Estudantes de Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio	25	13	10
Estudantes de Curso Superior	05	04	02

Tabela 2 – Ano de início da formação técnica dos participantes das palestras de capacitação em adequação ambiental de propriedades rurais.

Ano de início do curso	Palestra I	Palestra II	Palestra III
2016	53	19	29
2015	40	38	33
2010-2014	18	10	10

Tabela 3 – Avaliação dos conhecimentos dos participantes quanto aos temas selecionados, antes das palestras de capacitação para adequação ambiental de propriedades rurais.

Conhecimento relacionado a áreas de preservação permanentes, reserva legal e cadastro ambiental rural	Participantes da Palestra I de Cadastro ambiental rural
Desconhece.	29
Já ouviu falar, mas não sabe explicar	54
Demonstra conhecimento escasso	28
Conhecimento relacionado a áreas degradadas e técnicas utilizadas para conservação e recuperação do solo	Participantes da Palestra II de Manejo do solo para Recuperação de áreas degradadas por pastagens
Desconhece.	22
Já ouviu falar, mas não sabe explicar	28
Demonstra conhecimento escasso	17
Conhecimento relacionado a áreas degradadas e técnicas utilizadas para conservação e recuperação do solo	Participantes da Palestra III de Manejo Conservacionista do Solo
Desconhece.	37
Já ouviu falar, mas não sabe explicar	28
Demonstra conhecimento escasso	07

Na Tabela 4 são apresentadas as avaliações dos participantes ao término das palestras, quanto à recepção, tema e conteúdos abordados e forma de apresentação, constatando-se que os mesmos apresentam alta aceitação nestes aspectos, sendo que mais de 80% dos participantes relataram que as palestras foram relevantes na aprendizagem e reforçaram conhecimentos que já tinham dos temas. As figuras 1, 2 e 3 apresentam imagens das palestras ministradas.

Nos questionários os alunos descreveram áreas de preservação permanente, percentuais de reserva legal no território nacional, qual órgão é responsável pelo registro do CAR, os documentos necessários para CAR, técnicas utilizadas na recuperação de solo e no manejo conservacionista do solo, demonstrando que conhecimentos foram transmitidos e que sementes do saber foram semeadas.

A educação ambiental na área de agropecuária foi trabalhada com os participantes que poderão retornar às suas atividades com maior consciência ambiental no meio rural. Além disso, estes estudantes poderão atuar em projetos de adequações ambientais de propriedades rurais, sendo importantes agentes para esclarecimento de produtores rurais, principalmente, para agricultura familiar que apresenta maior vulnerabilidade social.

Tabela 4. Avaliação dos participantes quanto as palestras de capacitação para adequação ambiental de propriedades rurais.

Participantes da Palestra I – Cadastro Ambiental Rural			
	Recepção	Tema e conteúdo abordado	Forma de apresentação
Ótima	63	59	53
Boa	33	38	39
Satisfatória	10	8	13
Ruim	0	1	1
Participantes da Palestra II - Manejo do solo para Recuperação de áreas degradadas por pastagens			
	Recepção	Conteúdo e tema abordado	Forma de apresentação
Ótima	42	37	39
Boa/bom	16	19	16
Satisfatório (a)	3	5	6
Ruim	0	0	0
Participantes da Palestra III de Manejo Conservacionista do Solo			
	Recepção	Conteúdo e tema abordado	Forma de apresentação
Ótima	26	33	37
Boa	29	28	24
Satisfatória	10	4	3
Ruim	0	0	0



Figura 1. Palestra de Cadastro Ambiental Rural no *Campus* Colinas do Tocantins do IFTO.



Figuras 2. Palestra de Manejo do solo para recuperação de áreas degradadas por pastagens no *Cam-*

pus Colinas do Tocantins do IFTO.



Figura 3. Palestra de Manejo Conservacionista do Solo no *Campus* Colinas do Tocantins do IFTO.

5. CONCLUSÃO

Os participantes demonstraram baixo nível de conhecimentos sobre temas nas avaliações diagnósticas antes das palestras.

Os questionários avaliativos finais mostraram que ao término das palestras conhecimentos sobre o código florestal foram transmitidos, assim como técnicas de manejo conservacionista e de recuperação do solo foram citadas pelos estudantes

As palestras foram bem avaliadas pelos participantes, demonstrando ser um bom mecanismo para levar informações, com baixo custo, para adequação ambiental de propriedades rurais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Coletânea de legislação Ambiental, Constituição Federal**. Odete Medauar (org). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. 12ª Edição rev. Ampl. E atual (ISBN 978-85-203-4609-9). 1355p.

FEISTAUER, D.; LOVATO, P.E.; SIMINSKI, A.; RESENDE, S. A. Impactos do novo código florestal na regularização ambiental de propriedades rurais familiares. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 24, n. 3, p. 749-757, jul.-set, 2014.

GALVÃO, A. P. M. (org.) **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais**. Brasília: Embrapa Comunicações para transferência de Tecnologia; Colombo: Embrapa Floresta, 2000. 351p.

KLEIN, M. A.; ROSA, M. B. Adequação de propriedades de agricultores familiares à legislação ambiental: a educação ambiental como mitigadora do processo. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET-CT**, UFSM, v.4, n.4, p.453-468, 2011.



PRIMAVESI, O. **Manejo Ambiental Agrícola: para agricultura tropical agrônômica e sociedade.** São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2013. 840p.